

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 28.10.2024

Macau saudável

A saúde está intimamente ligada à vida e à felicidade dos residentes. Com o desenvolvimento socioeconómico e da medicina, verifica-se uma enorme mudança na alimentação e nos hábitos de vida dos residentes. Segundo as informações da Organização Mundial de Saúde, registou-se uma queda na mortalidade por doenças infecciosas e um aumento contínuo da mortalidade por doenças crónicas, tais como hipertensão, diabetes e cancro. Macau também apresenta esta tendência: em 2021, as mortes por cancro, doenças cardiovasculares, diabetes e doenças respiratórias crónicas representaram mais de 60% do total, um aumento de 5,4% face a 2009. As doenças crónicas resultam de factores de longo prazo, como factores genéticos e ambientais, e hábitos de vida. Quando as pessoas contraem doenças crónicas, muitas vezes, estas são para toda a vida, sendo doenças duradouras com custos de tratamento elevados.

As doenças crónicas podem ser controladas e prevenidas, mas é necessário que o Governo, as instituições e os indivíduos trabalhem em conjunto, portanto, espero que o Governo continue a implementar as três estratégias de acção previstas no “Projecto de Macau Saudável”, acelere o aperfeiçoamento do sistema de serviços de saúde, e aproveitando a entrada em funcionamento do Hospital Macau Union, eleve a capacidade de Macau no tratamento de casos graves e nos serviços de especialidade, e promova com solidez o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, para incrementar o papel preventivo da medicina tradicional chinesa, detectando atempadamente os sintomas de doenças crónicas, o que fará com que a população vá ao médico a tempo. Muitos residentes estão ainda a ser afectados pelas sequelas da Covid, correndo mais risco de terem doenças crónicas, por isso, espero que o Governo reforce a prevenção e o rastreio destas doenças, acelere a elaboração de orientações para o rastreio da diabetes, optimize o teste e a avaliação de risco desta, estude a criação de um programa de rastreio gratuito de outros tipos de cancro e alargue o âmbito dos destinatários do “Programa Piloto de Rastreio do Cancro de Pulmão”. A longo prazo, o Governo deve promover, em conjunto com as instituições particulares, os conhecimentos sobre a saúde e incentivar a população a ter bons hábitos de vida, com vista à criação conjunta de uma “Macau saudável”.

Além disso, devido às mudanças sociais, ao ritmo acelerado de vida, ao aumento da pressão no trabalho e na economia, aos maus hábitos de vida, etc., que afectam a vontade dos residentes de ter filhos, e ao aumento anual da taxa de infertilidade a nível mundial, de acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde, cerca de 17,5% dos adultos, ou seja, cerca de um sexto da população mundial, sofrem de infertilidade, e em Macau existem muitos casais afectados por isto. Assim, proponho ao Governo da RAEM que acelere o estudo sobre as medidas de apoio aos serviços de procriação medicamente assistida, com vista a reduzir os custos de saúde dos residentes e a aumentar a sua confiança em ter filhos.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 28.10.2024

Assegurar o funcionamento seguro e estável do Metro Ligeiro e satisfazer as necessidades a longo prazo

O Metro Ligeiro é componente importante do transporte terrestre de Macau, e o Governo tem defendido que é necessário maximizar o seu papel. Por isso, além da respectiva construção, é muito importante assegurar serviços fiáveis, pontuais e seguros. No ano passado, durante a substituição de cabos eléctricos avariados, o metro ligeiro esteve suspenso durante vários meses. Recentemente, no espaço de meio mês, duas avarias em carruagens suspenderam o seu funcionamento, o que despertou grande atenção da sociedade. Segundo declaração, a Sociedade do Metro Ligeiro de Macau já exigiu ao fornecedor que apurasse as causas das avarias, e apresentasse propostas de melhoria. Espera-se que as autoridades acompanhem, investiguem e fiscalizem, seriamente, a concretização das medidas de melhoria, e apresentem o ponto de situação ao público, para aumentar a confiança dos residentes, através da optimização activa dos serviços e da transparência das informações.

Além disso, com a extensão das linhas e o aumento do número de passageiros, o Governo deve reforçar a fiscalização da construção e da gestão, no sentido de elevar a qualidade dos serviços e facilitar a vida da população, garantindo a segurança, estabilidade, pontualidade e qualidade, e maximizando o papel do metro ligeiro.

Assim sendo, sugiro às autoridades que desenvolvam bem os seguintes trabalhos:

1. Actualmente, o volume médio diário de passageiros do Metro Ligeiro é de cerca de 10 mil, e segundo as previsões do "Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)", até 2030, a rede de carris vai aumentar para 21 estações, num total de 24 quilómetros, e o fluxo diário de passageiros vai aumentar para 137 mil. Espera-se que, ao nível da política de transportes públicos, as autoridades comecem por aperfeiçoar a ligação e o sistema intermodal entre o Metro Ligeiro e os outros meios de transporte público e o sistema pedonal, incluindo a organização e a articulação entre este e os autocarros, e acelerar a promoção dos benefícios da intermodalidade; e ainda promover as diversas formas de pagamento electrónico no Metro Ligeiro, a fim de evitar incómodos aos passageiros e longas filas de espera para aquisição de bilhetes após a realização de grandes eventos. Há ainda que construir uma rede de serviços de transportes públicos, no sentido de aumentar as opções de deslocação e aumentar a atractividade e eficácia dos serviços do Metro Ligeiro.

2. Em termos de acessibilidade, com a entrada em funcionamento da Estação da Barra, da Linha de Hengqin e o arranque da construção da Linha Leste, os serviços do Metro ligeiro entre várias zonas vão ser cada vez mais "fortes". Espero que as instalações "físicas" sejam melhoradas e que se concretizem os planos de ligação, através de vias pedonais, entre as estações do metro ligeiro e as zonas habitacionais ou de instalações públicas circundantes, mais, há que promover a construção de mais instalações e acessos sem barreiras de ligação aos grandes empreendimentos hoteleiros do Cotai. A par da apresentação do projecto de

ligação da Linha Leste ao Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, deve ser estudada a articulação entre as estações do Metro, o posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau (HZM) e o posto fronteiriço Qingmao, para agilizar as deslocações.

3. Reforçar o tratamento dos casos de emergência do Metro Ligeiro e otimizar a mobilidade inteligente para fornecer informações. Com o aumento do número de passageiros do Metro Ligeiro, o Governo deve aumentar a transparência e os meios de divulgação de informações atempadas para as situações imprevistas do Metro Ligeiro, disponibilizando informações em tempo real, pois isso facilita a escolha do meio transporte e a previsão da duração da viagem. Ao mesmo tempo, com a realização de mais eventos de grande envergadura e a entrada em funcionamento de novos locais, é necessário otimizar o plano de controlo de multidões durante a realização de eventos de grande envergadura.

4. Formação contínua de quadros locais para o Metro Ligeiro. Segundo os dados da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), no 2.º trimestre deste ano, a MTR (Macau) e a Sociedade do Metro Ligeiro de Macau continuam a empregar dezenas de trabalhadores especializados, portanto, espero que esta última continue a formar e a contratar trabalhadores locais, assim como a otimizar o ambiente de trabalho e as regalias. Há ainda que aumentar a proporção, elevar as técnicas profissionais e promover a ascensão profissional dos trabalhadores locais para que eles possam crescer com o Metro Ligeiro.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 28.10.2024

Fazer o melhor para acolher os jogos nacionais

Recentemente, a população de Macau recebeu calorosamente a visita da delegação de atletas olímpicos nacionais, que despertou o patriotismo e o entusiasmo pelo desporto. Acredito que a organização dos décimos quintos Jogos Nacionais em Macau, no próximo ano, vai despertar a atenção da sociedade para o desporto, e o sentimento de pertença e orgulho no País. O Governo atribui grande importância à organização do evento, e criou a Comissão Organizadora da Zona de Competição de Macau da 15.^a edição dos Jogos Nacionais e da 12.^a edição dos Jogos Nacionais para Pessoas Portadoras de Deficiência e da 9.^a edição dos Jogos Olímpicos Especiais Nacionais, e o respectivo Gabinete Preparatório, para promover, empenhada e ordenadamente, os trabalhos preparatórios, para garantir a realização com sucesso do evento, em conjunto com Guangdong e Hong Kong, sob o princípio “simples, seguro e emocionante”.

Os Jogos Nacionais são o maior evento desportivo, do mais alto nível e da maior projecção da China. A sua boa realização é um desejo de todos os sectores de Macau, para retribuir a confiança do Governo Central. Assim, apresento as seguintes três sugestões:

Primeiro, há que fazer bem a preparação. No próximo ano, Macau vai acolher 4 modalidades de competição e uma do desporto para todos dos Jogos Nacionais, e duas modalidades de badminton dos Jogos Paralímpicos, em sete instalações desportivas. O Governo deve assegurar a benfeitoria dessas instalações e das infra-estruturas complementares, a gestão do trânsito nas imediações, e a preparação dos voluntários, para criar condições para a boa prestação dos atletas, a boa experiência dos espectadores, e o êxito da realização do evento.

Segundo, aumentar a capacidade de acolhimento e distribuir as pessoas pelos bairros comunitários. Durante os Jogos Nacionais, vão entrar em Macau inúmeros atletas, comitivas, espectadores e turistas. Como os recintos se espalham por diversas zonas, o pessoal deve organizar os transportes de ligação em diversos pontos, e tudo isto constitui um desafio para a capacidade de acolhimento de Macau. Espera-se que o Governo efectue, de antemão, os trabalhos de organização no tocante à migração de pessoas, elementos complementares de tráfego, higiene e segurança, etc., e promova a hospitalidade civilizada, a fim de demonstrar a civilização e a imagem de Macau enquanto cidade internacional de turismo. Há que aproveitar bem a ocasião dos Jogos Nacionais, e o Governo também deve ponderar formas para distribuir os turistas pelos bairros comunitários, dinamizando o desenvolvimento das PME desses bairros e promovendo a imagem da nossa cidade.

Terceiro, prevenir é sempre melhor do que remediar, portanto, há que aumentar a capacidade de resposta a incidentes súbitos. Na organização dos eventos

desportivos de grande envergadura, há sempre que assegurar a segurança, e a organização dos Jogos Nacionais vai ser também uma avaliação integrada para Macau. Os serviços públicos e as entidades envolvidas devem reforçar o seu sentido de responsabilidade e desenvolver os trabalhos preparatórios de forma ordenada e eficaz, consolidando as barreiras de segurança para os Jogos Nacionais. O Governo deve definir planos de resposta consoante os diferentes tipos e níveis de risco de incidentes súbitos, por forma a desenvolver, de forma antecipada, os trabalhos de prevenção e de resposta, garantindo um ambiente seguro para os Jogos Nacionais.

A 15.^a edição dos Jogos Nacionais é realizada, pela primeira vez, por Guangdong, Hong Kong e Macau, e são um evento importante para Macau e também para o País. Espera-se que a organização dos Jogos Nacionais consiga promover o desenvolvimento das actividades desportivas de Macau e a construção da “Cidade do Desporto”, contribuindo para a diversificação adequada da economia e acelerando o processo de integração entre as três regiões, em prol da construção de um País forte no desporto.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 25.10.2024

Melhoria das instalações complementares sociais para a passagem fronteiriça e as deslocações, a fim de reduzir os obstáculos e as preocupações dos residentes que vivem em Hengqin

Segundo informações do Posto de Inspeção Fronteiriça de Hengqin, subordinado à Estação Geral de Inspeção Fronteiriça de Zhuhai, até 17 de Setembro deste ano, o número de passageiros naquele Posto ultrapassou os 42 milhões, um aumento anual de 94,6%. Durante a Semana Dourada do Dia Nacional, entre 1 e 7 de Outubro, passaram por aquele Posto 615 mil passageiros, ou seja, 13% do total, e no dia 3 de Outubro bateu-se o recorde de passageiros num único dia, quando se atingiu 103 mil passageiros.

Graças à articulação contínua das políticas de Macau com as de Hengqin, bem como à implementação de várias medidas a favor de Macau, o número das pessoas que reside, trabalha e estuda na Zona de Cooperação Aprofundada vai continuar a aumentar. Porém, segundo informações de alguns residentes de Macau que vivem nessa Zona, o Posto Fronteiriço de Hengqin, enquanto única passagem de ligação, é crucial para os residentes de Macau que passam diariamente a fronteira. Contudo, a via exclusiva para os “visitantes frequentes” no Posto de Hengqin não se destina aos residentes de Macau que vivem nessa Zona; e a via exclusiva para os alunos, no átrio das partidas, só está aberta entre as 16:00 e as 18:00 horas. Os alunos que têm explicações a seguir às aulas ou actividades extracurriculares só podem passar pelas vias normais no seu regresso à Zona de Cooperação Aprofundada. Consequentemente, os residentes de Macau que vivem nessa Zona têm de esperar, muitas vezes, em “longas filas”, durante as horas de ponta ou durante as épocas altas, provocando grave impacto nas deslocações transfronteiriças e para quem vive nessa Zona.

Para além da passagem das fronteiras, também as instalações complementares dos bairros comunitários precisam de ser melhoradas. Segundo alguns residentes do “Novo Bairro de Macau”, este é o primeiro projecto simbólico relacionado com a vida da população de Guangdong e Macau e desempenha um papel importante de demonstração para a Zona de Cooperação Aprofundada. Com o aumento contínuo do número de moradores, aumenta a procura de instalações comunitárias complementares, pois as actuais não conseguem satisfazer as necessidades dos residentes, por exemplo, durante as horas de entrada e saída do trabalho e da escola, a procura é grande, e não sobra nem um lugar no autocarro que faz o transporte dos residentes do “Novo Bairro de Macau”, deixando os residentes desamparados.

Já estão abertas algumas instalações comerciais complementares no referido Bairro e, recentemente, foi inaugurado o Centro de Serviços do Governo de Macau que funciona 24 horas por dia, o que, em certa medida, facilita a vida dos residentes. No entanto, a “convergência com a vida de Macau” ainda está muito aquém dos objectivos e das expectativas da população, por exemplo, os Correios de Macau não abriram postos no “Novo Bairro de Macau” nem na Zona de Cooperação Aprofundada, e os residentes, depois

de terem alterado a sua morada para o Bairro em causa, não conseguem receber a correspondência enviada pelas instituições, financeiras e outras, de Macau.

Todas estas situações perturbam os residentes de Macau que vivem no Novo Bairro de Macau e os que vivem e trabalham na Zona de Cooperação Aprofundada. O Governo deve melhorar a situação, nomeadamente, o planeamento do trânsito entre Macau e Hengqin, a passagem fronteiriça, e as instalações complementares, para se criar um ambiente comunitário mais habitável e concretizar o objectivo político da integração Hengqin-Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. O número de moradores do Novo Bairro de Macau está a aumentar e a procura de *shuttle bus* também. Há que aumentar rapidamente a frequência destes autocarros ou seu número nas horas de ponta, para satisfazer as necessidades dos residentes, e os serviços competentes das duas regiões devem voltar a estudar sobre o relaxamento do limite de idade dos passageiros, e ponderar alargar a faixa etária, para além das crianças com idade igual ou inferior a 10 anos, para aumentar a conveniência e a segurança, melhorando a experiência da passagem fronteiriça dos residentes de Macau nas deslocações entre Macau e Hengqin.

2. Rever, quanto antes, as instalações do posto fronteiriço de Hengqin, criando um corredor exclusivo para os residentes de Macau que vivem na Zona de Cooperação Aprofundada, incluindo os residentes do “Novo Bairro”. Assim, depois de eliminadas as inconveniências transfronteiriças, os residentes de Macau que vivem na Zona de Cooperação Aprofundada e têm autorização de residência vão poder também atravessar a fronteira de forma mais conveniente. O horário de funcionamento da via especial para estudantes, actualmente aberta entre as 16:00 e as 18:00 horas, deve ser prolongado até ao período nocturno, para os alunos poderem regressar à Zona de Cooperação Aprofundada depois das explicações ou outras actividades, utilizando canais de acesso mais convenientes e reduzindo o tempo de espera na passagem da fronteira.

3. Para além dos serviços comerciais complementares e governamentais já existentes, os departamentos competentes das duas regiões devem continuar a rever e a otimizar os diversos serviços relacionados com a vida da população, a fim de satisfazer as suas necessidades. É necessária a abertura, com a maior brevidade possível, das vagas para os diversos anos de escolaridade, a abertura de serviços postais e a criação de serviços de saúde materna, para as instalações comunitárias de apoio poderem atingir o objectivo da "convergência com o modo de vida de Macau", reduzindo os obstáculos e as preocupações dos residentes em relação ao desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 28.10.2024

Optimização dos detalhes do Plano director e elevação da qualidade do desenvolvimento urbanístico

O Plano director da RAEM foi divulgado há mais de dois anos e os seus vários objectivos, incluindo a elaboração do primeiro plano de pormenor por zonas – “Plano de pormenor Este - 2”, a entrada em funcionamento da Linha da Barra do Metro Ligeiro, etc., foram concretizados gradualmente, estando os trabalhos de elaboração dos restantes planos de pormenor e de construção das infra-estruturas a desenvolver-se de forma ordenada. O Plano director tem como eixo principal a construção do “Centro mundial de turismo e lazer” e do “Belo lar”. Segundo as vozes da sociedade, o Governo deve rever, pormenorizar e aperfeiçoar, de forma contínua, o planeamento geral e as diversas medidas, tendo em conta o desenvolvimento real e a evolução das necessidades gerais da sociedade; e proceder aos respectivos trabalhos de acompanhamento e optimização, em articulação com os planos por zonas, em prol da elevação da qualidade do desenvolvimento urbanístico. Assim, sugiro o seguinte:

1. Articulação entre a “criação de uma estrutura espacial com funções diversificadas e multinucleares” do Plano director e a estratégia de desenvolvimento “1+4”. As zonas industriais e os terrenos para fins industriais encontram-se dispersos em Macau, aguardando-se pela sua transformação em zona de concentração de indústrias. O Governo deve acelerar a integração desses terrenos; criar parques de inovação industrial; promover a modernização industrial; desenvolver indústrias de ponta; e atrair empresas de alta tecnologia, como as de inteligência artificial e tecnologias de informação, a instalarem-se em Macau, para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. O Governo pode tomar como referência as experiências das cidades vizinhas e, em conjugação com a renovação e revitalização dos bairros antigos, construir um parque criativo ou uma zona artística, criando uma plataforma de exibição e divulgação para as marcas culturais e criativas, artes e *design*, produção cinematográfica, etc., promovendo o desenvolvimento de alta qualidade das indústrias culturais.

2. A concretização do plano director deve coadunar-se com os estudos sobre a política demográfica, e com isso ajustar e optimizar a oferta dos diversos tipos de habitações. A população, a distribuição demográfica e a estrutura demográfica são factores dinâmicos, a acompanhar o desenvolvimento contínuo da sociedade de Macau, portanto, o Governo deve definir um plano sobre o número de habitantes que Macau pode suportar e, ao avançar com o plano director, é preciso ajustar o número de habitações no sentido de equilibrar a oferta e a procura. Mais, as infra-estruturas das zonas habitacionais devem ser optimizadas de acordo com a densidade populacional. Segundo muitos residentes, as infra-estruturas sociais e

os serviços públicos são escassos, e a sua distribuição é desequilibrada, por isso, sugerem a criação de um mecanismo de avaliação periódica que proceda a uma análise detalhada sobre a estrutura demográfica e a situação familiar nas diversas zonas da cidade, para conhecer atempadamente as necessidades da população e proceder ao ajustamento dinâmico da distribuição das infra-estruturas e dos serviços públicos no âmbito do planeamento, para que os residentes das diversas zonas possam usufruir de recursos públicos mais equilibrados.

3. Aperfeiçoar a rede viária da Zona A dos novos aterros e das zonas envolventes. Com a entrada em funcionamento da Ponte Macau, o número de veículos que circulam na Zona A tem vindo a aumentar, registando-se ainda um agravamento da situação do trânsito rodoviário nos feriados e nas horas de ponta. No futuro, a Zona A vai ter um grande número de habitações públicas e uma vila escolar, por isso, a situação do trânsito vai enfrentar mais desafios. O Governo deve, tendo em conta a situação actual, avaliar e otimizar, em tempo oportuno, o trânsito e o planeamento da rede viária desta zona, aplicando a alta tecnologia, como, a internet das coisas, os megadados, a computação em nuvem, etc., bem como instalar semáforos inteligentes e o sistema inteligente de ajustamento das carreiras de autocarros, e melhorar a plataforma de informação do trânsito em tempo real, etc. Tudo isso tem como objectivo criar um sistema de trânsito inteligente para reforçar a capacidade de circulação, bem como fazer face à crescente pressão do fluxo de pessoas e veículos nas vias públicas, de modo a proporcionar aos cidadãos um ambiente mais conveniente e uma alta qualidade de vida.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 28.10.2024

Avançar, oportunamente, com a alteração da lei laboral, em prol dos direitos e interesses dos trabalhadores

No seu programa político, o eleito Chefe do Executivo do VI Governo, Senhor Sam Hou Fai, propõe o aumento, oportuno e com base numa ampla consulta de opiniões dos sectores sociais, dos dias da licença de maternidade e das férias, o que merece o meu profundo reconhecimento e apoio.

Os padrões laborais de Macau são atrasados face aos das regiões vizinhas e estão muito aquém dos previstos nas convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois alguns deles não são actualizados há mais de 10 anos. Por exemplo, as férias. De acordo com a lei de 1984, os trabalhadores permanentes têm direito a seis dias remunerados de descanso anual, norma que não é alterada há 40 anos; neste momento, são dez os feriados obrigatórios, é assim desde 1989, ou seja, há mais de 35 anos; e quanto à licença de maternidade, na última revisão da lei laboral, foi prolongada de 56 para 70 dias, mas continua muito aquém da estabelecida nas regiões vizinhas e nas convenções internacionais do trabalho, daí a necessidade do seu ajustamento.

Os padrões laborais definem condições laborais importantes e são indicadores essenciais para avaliar o ambiente das indústrias de qualquer país ou região. Assim, sugiro o seguinte:

Primeiro, aumentar os dias de férias para reter e captar quadros qualificados

Nos termos da Convenção n.º 132 sobre as Férias Remuneradas (Revista), aprovada pela OIT em 1970, os trabalhadores que tenham completado um ano de serviço têm direito a 21 dias de férias remuneradas. No Interior da China, Hong Kong e Taiwan, as férias aumentam consoante a antiguidade, para, no máximo, 15, 14 e 30 dias, respectivamente, prática esta que contribui para aumentar o sentimento de pertença ao trabalho e a estabilidade profissional dos trabalhadores, reduzindo a taxa das perdas de trabalhadores. Muitas empresas locais fixaram as férias remuneradas em 12 dias, portanto, sugiro ao Governo que prolongue as férias remuneradas para 12 dias, e que depois, consoante a situação do desenvolvimento socioeconómico, as aumente gradualmente até aos 21 dias previstos na referida Convenção da OIT.

Segundo, aumentar a licença de maternidade para promover a natalidade e lidar com o envelhecimento populacional

O “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau”, adiante designado por Objectivo, refere o reforço das garantias laborais das grávidas, no sentido de estudar o aditamento de normas na Lei das relações de trabalho sobre o tempo para a amamentação e a extracção de leite materno, para as trabalhadoras das instituições privadas com filhos recém-nascidos poderem gozar de um tempo legalmente estabelecido para o efeito, assim como sobre a uniformização da licença de maternidade nos serviços públicos e instituições privadas. O prazo do Objectivo termina em 2025, mas até hoje ainda não se viram medidas

concretas para promover a concretização das respectivas metas. Sugiro ao Governo que concretize, quanto antes, os planos no âmbito do Objectivo, com a meta final de alcançar o padrão definido nas convenções internacionais de trabalho, isto é, 98 dias para a licença de maternidade.

Terceiro, aditar feriados obrigatórios para promover a transmissão cultural

Hong Kong levou oito anos a aumentar, de forma gradual, os feriados legais de 12 para 17. Sugiro ao Governo que aumente, atempadamente, os feriados legais, promovendo, através de acções concretas, a construção de Macau como “Base de Intercâmbio e Cooperação para a Promoção da Coexistência Multicultural, com Predominância da Cultura Chinesa”.

Todas as alterações à lei laboral visam proteger os direitos e interesses dos trabalhadores, promovendo a salvaguarda dos direitos humanos e o desenvolvimento económico, mas há sempre opiniões diferentes na sociedade, e se se permitir que as controvérsias continuem, não haverá uma data para a revisão da lei. Espero que o Governo seja proactivo e responsável, assumindo o seu papel e promovendo a consolidação de consensos na sociedade, para permitir que os trabalhadores partilhem, atempadamente, dos frutos do desenvolvimento socioeconómico.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 28.10.2024

Regulamentação da verificação do *background* dos candidatos a emprego, a fim de proteger os direitos e interesses dos trabalhadores no acesso ao emprego

Ao longo destes anos, recebi muitas queixas de trabalhadores das empresas do jogo, queixando-se de que não conseguem voltar a trabalhar no sector depois de terem sido despedidos. Voltei a receber, recentemente, pedidos de apoio sobre o mesmo, o que me leva a crer que está em causa a verificação do *background*, vulgarmente conhecida por "lista negra de emprego".

Esta verificação é para as empresas saberem se há falsas declarações quanto aos dados fornecidos pelos candidatos, tais como habilitações académicas, experiência profissional, etc., a fim de avaliar se os candidatos são os adequados. No entanto, há muitos casos em que, na prática, algumas empresas prejudicam os direitos e interesses dos candidatos a emprego, por exemplo, tomam conhecimento, junto dos ex-empregadores da situação dos candidatos, e se estes tiverem sido despedidos, não importa qual a razão, muito dificilmente conseguem recomeçar a sua carreira. Na minha opinião, cometer erros e ser despedido implicam muitas razões, e o grau de gravidade também é muito importante, por isso, não se deve privar os trabalhadores do seu direito ao emprego sem qualquer regulamentação legal. Além disso, às vezes, há negligência que não é necessariamente causada por desleixo pessoal, pode haver problemas de gestão, e há também que ter em conta a veracidade dos dados de verificação do *background*, saber se o ex-empregador exagera sobre os erros cometidos pelo trabalhador ou se houve subjectividade na análise do caso.

No pressuposto de ser difícil verificar a veracidade das informações fornecidas pelo ex-empregador ou de o trabalhador não ter apresentado reclamação do resultado da apreciação, é difícil fazer uma avaliação justa dos candidatos. Muitas pessoas que pediram ajuda afirmaram ter cometido pequenos erros ou que até foram despedidas sem justa causa, porém, não conseguem voltar a trabalhar no sector.

Já apresentei várias interpelações na Assembleia Legislativa sobre o problema da verificação de antecedentes, mas, segundo o Governo, a Lei da protecção de dados pessoais só pode ser aplicada com o consentimento dos interessados, e se houver suspeitas, a prestação de apoio e acompanhamento é feita caso a caso. É lamentável que algumas empresas exijam o consentimento do candidato, e se este não concordar, não consegue o emprego.

Segundo a Lei das relações de trabalho, todos os residentes gozam, sem discriminação, das mesmas oportunidades de emprego, e as relações laborais são tratadas segundo o princípio da boa-fé. Olhando para algumas sentenças de tribunais, verifica-se que houve empregadores punidos devido a informações

desfavoráveis sobre os trabalhadores nos atestados de trabalho. A falta de regulamentação e de transparência na verificação de antecedentes causam injustiças e prejudicam os trabalhadores. O sector do jogo é o sector predominante, portanto, se não houver transparência e fiscalização regular, a escolha e o espaço de emprego vão ser muito reduzidos.

As limitações profissionais têm de ser reguladas por lei, caso do Regime da qualificação profissional dos assistentes sociais, o Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde e a Lei da actividade de mediação de seguros. Apelo às autoridades para, perante esta verificação irrazoável de antecedentes, assegurarem as devidas investigação e regulamentação, a fim de os trabalhadores não serem injustiçados na procura de emprego, e que, através das leis, protejam os trabalhadores e garantam a justiça, a transparência, a razoabilidade e o cumprimento do princípio da boa-fé, com vista à protecção do direito ao emprego.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 28.10.2024

Promover a excelente cultura tradicional chinesa com pensamento inovador

“Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base” é a espinha dorsal para garantir a estabilidade e prosperidade de Macau sob as vantagens singulares de “Um País, Dois Sistemas”. A excelente cultura tradicional chinesa tem uma longa história e tem sido componente importante da fusão das culturas chinesa e ocidental ao longo dos séculos.

O Governo atribui grande importância à divulgação cultural e, através do Fundo de Desenvolvimento da Cultura, apoia as iniciativas das áreas da cultura, arte, música, cinema e televisão, folclore chinês, entretenimento, teatro e dança. Estas iniciativas e representações têm vindo a inovar-se e a diversificar-se com os tempos.

Recentemente, no sector cultural e artístico, estreou-se o filme “A Tapestry of a Legendary Land”, inspirado no quadro “Mil Milhas de Rios e Montanhas”, única obra existente de Wang Ximeng, pintor da Dinastia Song do Norte. O filme descreve a perseverança e as técnicas do pintor, nomeadamente a preparação da azurita, malaquite, pincéis e tinta-da-china, artes classificadas como património cultural intangível. O filme despertou a estima e o amor pela arte chinesa, e o sentido de missão e de identidade na transmissão da cultura.

O exemplo disso é o lançamento da marca “País-lar e Macau”, por parte duma associação cultural, de prendas criativas sobre a arquitectura, as artes tradicionais e as culturas oriental e ocidental de Macau, para atrair os jovens locais a conhecerem a cultura chinesa. Isto demonstra também a importância dada pelo Governo ao património cultural.

Mais, um *resort* abriu um novo tipo de museu sobre a “Rota da Seda Marítima”, que combina a inteligência artificial e as relíquias nacionais, para interpretar, através das novas tecnologias e com vivacidade e minúcia, a essência da cultura chinesa, num encontro perfeito entre a cultura e a tecnologia.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Aumentar o apoio para o desenvolvimento das actividades culturais. Em Macau, as pequenas e médias associações são a maioria e, apesar de não serem grandes, têm características próprias. A cultura tem de ser diversificada e próxima da realidade. As pequenas e médias associações podem ser uma ponte para criar a base da diversificação da cultura, a partir da cultura comunitária, com vista a criar uma atmosfera cultural pacífica e diversificada nos bairros comunitários. Isto pode satisfazer as crescentes necessidades dos residentes em relação à cultura espiritual e também construir um lar cultural no qual os residentes consigam entrar e sentar-se, portanto, um lar que os acolha física e psicologicamente e lhes permita

divertirem-se. Aliás, tal pode vitalizar a cultura comunitária e a criatividade entre os residentes, melhorando a protecção, transmissão, enriquecimento e prosperidade da excelente cultura tradicional chinesa e aumentando a felicidade, o sentido de pertença e o reconhecimento dos residentes em relação à sua terra e ao seu país.

2. Realizam-se muitas actividades culturais em Macau, mas os recintos e instalações para exposições continuam insuficientes. Actualmente, com a excepção do Museu de Arte de Macau, quase não há recintos de alta qualidade para exposições quer do Interior da China quer do exterior. Há planos para a criação de um novo museu de arte ou centro cultural, mas o andamento é lento. Para Macau ser uma “Cidade Cultural”, tem de acelerar a construção de grandes pavilhões de exposições de nível internacional.

3. Segundo algumas associações da área cultural, os complexos processos de requerimento de subsídios e o baixo montante dos mesmos afectam os respectivos efeitos. A formação de talentos jovens na área da cultura também requer mais apoio. Sugere-se ao Governo que simplifique as formalidades e aumente os subsídios, para as associações e talentos jovens da área da cultura poderem desenvolver o seu trabalho. Mais, há que apoiar e incentivar as microempresas e PME locais da área da cultura a participarem nos trabalhos criativos dos projectos na área da história e cultura lançados pelo País ou pelo Governo da RAEM (sobretudo projectos das letras e literatura). Há que inovar os regimes e mecanismos tradicionais, quebrando as barreiras invisíveis, a fim de adoptar uma postura mais flexível, aberta e acolhedora, e de atrair “água viva” para as actividades criativas, dando aos jovens talentos mais oportunidades para demonstrar as suas virtudes e produzir maiores efeitos no trabalho cultural de “contar bem a história de Macau”.

(Por fim, se tiverem tempo, vale a pena assistirem ao filme da peça teatral “*A Tapestry of a Legendary Land*”, que se estreia em Hong Kong e Macau!)

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 28.10.2024

Continuar a fazer bem o controlo do tabagismo e do alcoolismo para proteger o ambiente em que os jovens crescem

Numa entrevista há algum tempo, o representante do Centro de Prevenção e Controlo de Doenças (CDC) dos Serviços de Saúde (SS) afirmou que as doenças crónicas como a hipertensão, a diabetes e as doenças cardiovasculares se tornaram as principais doenças em Macau, o que levou a um aumento contínuo da procura e da pressão sobre os serviços de saúde. Recentemente, Macau também formulou o “Plano de Acção para Macau Saudável”, em prol do desenvolvimento saudável dos seus residentes no futuro. Através de um planeamento a longo prazo, de objectivos e indicadores específicos, o Governo esforça-se por melhorar a saúde geral dos seus residentes. Estão a ser implementadas e reforçadas políticas de saúde eficazes, por exemplo, com a implementação do Regime de prevenção e controlo do tabagismo em 2012, a sua revisão em 2018, bem como a entrada em vigor, há quase um ano, do Regime de prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas por menores, tudo isto pode proteger ainda mais a saúde da população, especialmente o ambiente em que os jovens crescem.

Ao longo dos anos, o Governo também adoptou diversas políticas de prevenção e controlo, como a disponibilização de consultas externas para a cessação tabágica e a prestação de serviços de cessação tabágica através de aplicações para telemóvel, e, durante este período, o Gabinete para a Prevenção e o Controlo do Tabagismo e do Alcoolismo passou a ser um organismo de nível de Departamento, tendo recrutado recursos humanos adicionais para o desenvolvimento dos trabalhos de fiscalização. Segundo as estatísticas das autoridades, no âmbito do controlo do tabagismo e do alcoolismo, os SS efectuaram nos três trimestres iniciais deste ano, em conjunto com vários serviços, cerca de 200 mil inspecções a estabelecimentos, ou seja, uma média de mais de 700 por dia. Registaram-se 37 infracções à Lei de controlo de bebidas alcoólicas e 3 mil infracções à Lei de controlo do tabagismo. As autoridades contam com a colaboração dos diversos sectores sociais para procederem, de forma contínua, à publicidade e fiscalização, e os esforços desenvolvidos pelos SS merecem a concordância e o reconhecimento da sociedade.

Fazer um bom trabalho nas acções de sensibilização sobre a prevenção do tabagismo e do alcoolismo é indispensável para proteger os jovens e os estudantes, e é uma tarefa importante para proteger o crescimento saudável dos jovens.

Assim, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Empenho contínuo nos trabalhos comunitários e aumento da consciência de autoprotecção dos jovens

De acordo com os inquéritos realizados nos últimos anos, a taxa de consumo de álcool entre os menores tem vindo a aumentar significativamente. Quanto mais cedo começa a beber, maior probabilidade de se tornar alcoólico. De facto, o público sabe que o tabaco e o álcool prejudicam a saúde, mas os jovens não sabem recusar e são facilmente influenciados

pelos amigos. Por isso, deve-se dar importância à formação de um ambiente de vida saudável em geral, orientando os jovens para elevarem a sua consciência de protecção através do desporto, da leitura cultural e da acção social, entre outras formas de vida activa. Pode-se, ainda, de acordo com o princípio de “dar prioridade à prevenção e importância à educação” dos serviços de educação, disponibilizar recursos pedagógicos suficientes às associações educativas e comunitárias, e organizar mais concursos e actividades interescolares de natureza saudável, como o controlo do tabagismo e do álcool, com vista a promover os hábitos de vida saudável dos jovens.

2. Reforço do aproveitamento dos efeitos positivos da “Aliança para o Controlo de Tabagismo” e da “Aliança para o Controlo do Consumo de Álcool”

Os diversos sectores devem continuar a dar atenção e a reunir o consenso da sociedade, para divulgar, em conjunto, a mensagem de prevenção do consumo de álcool e de tabaco por menores. Por exemplo, aproveitar as duas referidas alianças constituídas no passado, reforçar a ligação social e a interacção entre o sector e as associações cívicas, bem como criar uma série de actividades temáticas anuais, através dos serviços *online* e *offline*, e de várias plataformas, para fazer bem a divulgação e promoção, cumprindo assim melhor as suas obrigações.

Em suma, a prevenção e o controlo dos problemas relativos ao tabagismo e ao consumo de bebidas alcoólicas por menores dependem da cooperação e dos esforços conjuntos de várias partes, e, só em articulação com os trabalhos de legislação e de execução da lei, é que se pode garantir, de forma mais eficaz, o ambiente para o crescimento saudável dos menores, criando, assim, uma base sólida para o futuro desenvolvimento saudável de Macau.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 28.10.2024

Exortar à revisão e ao aperfeiçoamento dos arranjos rodoviários e da colocação de sinalização

A quarta ligação Macau-Taipa - a Ponte Macau, entrou formalmente em funcionamento no dia 1 de Outubro, e por esta os veículos podem circular entre a Zona A, a ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a zona do Pac On, na Taipa. Em articulação com o funcionamento da ponte, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) ajustou o trânsito nas zonas envolventes da entrada e saída da ponte, mas, segundo muitos condutores, a sinalização de trânsito é confusa, verifica-se o uso abusivo de sinais temporários amarelos e as indicações não são claras; mais, os arranjos rodoviários na Zona A e na ilha artificial estão em constante alteração, cada vez pior. Assim, questiona-se por que razão é que o planeamento do trânsito nas zonas novas, onde praticamente não há nada, foi tão mal feito.

Por exemplo, na parte da Ponte Macau em direcção a Macau, perto da Zona A, há sinalização indicando que pelo lado esquerdo é para a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, mas a mesma está colocada ao meio da Ponte Macau; e, como esta tem três faixas de rodagem, a localização desta sinalização leva as pessoas a pensar que, através das duas faixas da esquerda, podem ir para a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, mas, na realidade, apenas a faixa mais à esquerda se dirige para essa ponte, o que é obviamente enganador para os condutores. Noutras regiões, a sinalização nas auto-estradas indica claramente o destino de cada faixa, para os condutores escolherem a faixa, com antecedência, evitando perigos derivados da mudança repentina de faixas.

Há também caos nas vias em redor da ponte. Por exemplo, no troço da Avenida Wai Long, na Taipa, passando pela Estrada de Pac On e em direcção à Ponte Macau-Taipa, há uma placa de trânsito que indica virar para a direita para a ponte, mas, depois de se passar esta placa, a faixa mais à direita começa a estreitar-se e desaparece e, finalmente, passa a ser a de saída do viaduto, e as linhas na faixa de rodagem passam a ser contínuas à esquerda e descontínuas à direita, o que impossibilita a mudança para a faixa da direita, e isto é completamente contrário à indicação de trânsito, sendo, pois, um erro de concepção. É de salientar que a indicação errada de trânsito não só confunde os condutores, mas também pode causar acidentes de viação, sendo graves as consequências.

Segundo uma reportagem, com o recente desvio de trânsito, se conduzirmos da Pérola Oriental até à ala de saída do posto fronteiriço de Hong Kong-Zhuhai-Macau, temos de fazer 18 curvas para lá chegar. Segundo outra reportagem, são muitos e confusos os sinais de trânsito ao longo deste caminho, e só na Zona A e na ilha artificial estão instaladas 300 sinalizações. Por exemplo, no cruzamento entre a Avenida do Mar de Espelho e a Avenida Central da Zona Este, há quatro grandes placas amarelas que indicam vários destinos, respectivamente, sendo difícil, ao conduzir, encontrar rapidamente uma saída correcta e mudar de faixa. Ao longo da via para o auto-silo oeste da ilha artificial, estão colocadas no mesmo local mais de 10 placas de sinalização, grandes placas amarelas e sinalização de trânsito, mas não há nenhuma placa que indique claramente a direcção para o Auto-Silo

Oeste, por isso, os condutores não podem compreender, rapidamente, as medidas de trânsito, nem ajuizar, antecipadamente, o caminho a seguir. Mais, o tamanho das letras, o conteúdo e a localização das grandes placas amarelas são completamente não uniformizadas, sem quaisquer critérios uniformizados e planeamento, o que dificulta a compreensão e a resposta por parte dos condutores.

É de salientar que, em princípio, devia haver um planeamento geral do trânsito na Zona A dos novos aterros, mas, na realidade, o trânsito nessa zona foi organizado com base na conveniência da execução das obras, e houve sempre grandes alterações das vias e, recentemente, a situação agravou-se ainda mais! Isto demonstra a total falta de atenção do Governo, fazendo com que as “Orientações gerais sobre a sinalização rodoviária, marcação e sinalização horizontal” e o “Manual de regulação de trânsito e instalações de segurança durante a execução de obras” não passem de palavras ocas. Por isso, não é de estranhar que muitos condutores apelidem Macau de “cidade das placas temporárias de sinalização”!

Pelo exposto, solicito ao Governo o seguinte: o planeamento e a concepção dos itinerários e a colocação das placas de sinalização e de trânsito devem ser feitos com base na visão dos condutores, e a sinalização de trânsito deve estar clara e uniformizada, segundo os respectivos critérios e normas, para os condutores poderem dominar a situação rodoviária de forma rápida e clara. Em particular, na Zona A dos novos aterros e na “Ilha artificial”, as placas não devem continuar a ser colocadas com base na conveniência da execução das obras, mas, sim, com toda a determinação e o aproveitamento da ligação da Ponte A2, ser planeadas de forma plena, e as respectivas vias devem ser simplificadas e as placas de sinalização também ser reproduzidas, com conteúdos claros e simples! O Governo deve ainda proceder a uma inspeção global das placas temporárias de todas as zonas, por motivo de obras ou de alteração das vias, cumprir rigorosamente as referidas “instruções”, organizar as faixas de rodagem e colocar placas de sinalização, de forma razoável, para evitar a repetição das situações confusas referidas.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 28.10.2024

Aproveitar as novas oportunidades da integração Hengqin-Macau para abrir uma nova conjuntura de cooperação energética

Este ano celebra-se o 3.º aniversário da criação da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, sendo também o ano de finalização dos objectivos e missões da primeira fase. Com o apoio do Governo Central, a prática e o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada ao longo de três anos, estão à vista os resultados, o sistema de “quatro conjuntos” funciona bem, foram criados preliminarmente o sistema de políticas, a estrutura do desenvolvimento da integração Hengqin-Macau e o suporte para a promoção da diversificação adequada da economia de Macau. Com a implementação da medida de gestão separada da Zona de Cooperação Aprofundada, a concentração das indústrias está no bom caminho, o que constitui uma base sólida para a segunda fase. O desenvolvimento da segunda fase da Zona de Cooperação Aprofundada tornou-se numa missão mais desafiante, com as grandes mudanças, sem precedentes, nos últimos cem anos e a abertura do País ao exterior, há mais exigências de desenvolvimento pleno das vantagens únicas da Zona de Cooperação Aprofundada e de diversificação contínua e adequada, de alta qualidade, da economia de Macau.

Nos últimos anos, o País esforçou-se em promover a segurança da indústria energética e a sua transição, para conferir dinâmica e segurança ao desenvolvimento socioeconómico de alta qualidade. Com o grande apoio do Governo Central, Macau aumentou a eficiência da transição energética e da distribuição de electricidade, para que a oferta em Macau seja relativamente estável. Mas, face ao seu desenvolvimento e à necessidade garantir o fornecimento eficaz da energia, o Governo da RAEM ainda precisa de reforçar o planeamento e a organização desde o topo, especialmente aproveitar plenamente as novas oportunidades da integração Hengqin-Macau, abrir uma nova conjuntura e usar a força motriz de cooperação na indústria energética, envidando todos os esforços para promover o desenvolvimento e a construção da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, para manter a prosperidade de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Actualmente, os objectivos da primeira fase da Zona de Cooperação Aprofundada estão praticamente cumpridos, e a segunda fase começa logo a seguir. Sugiro ao Governo que proceda antecipadamente a um planeamento com vista a uma melhor qualidade do desenvolvimento na Zona de

Cooperação Aprofundada. Considerando o desenvolvimento energético integrado entre Hengqin e Macau sob o ponto de vista global, há que promover em conjunto a construção de infra-estruturas energéticas na zona. Esse plano deve também melhorar a reconversão e a segurança energéticas das indústrias de Hengqin e de Macau, garantido uma base sólida para acelerar as tarefas e o cumprimento dos objectivos da segunda fase da Zona de Cooperação Aprofundada.

2. A falta de autonomia na produção de energia eléctrica em Macau e a dependência permanente da importação de energia do exterior resultam em falta de estabilidade e segurança no fornecimento de energia. O actual contrato de concessão de electricidade caduca no final do próximo ano, por isso, o Governo deve explorar a cooperação aprofundada entre as empresas de energia de Hengqin e Macau, com vista a promover um novo desenvolvimento e uma nova saída para este sector. Pode até incentivar as empresas a investirem nas infra-estruturas eléctricas de Hengqin, a fim de aumentar a capacidade de produção de electricidade e promover o desenvolvimento, a alto nível, da indústria energética.

3. No passado, durante a passagem do tufão “Hato”, Macau sofreu um apagão de grande dimensão, e devido à falta de autonomia energética, não foi possível tomar medidas de emergência, o que resultou na ocorrência de muitos acidentes. Sob o desenvolvimento integrado Hengqin-Macau, o Governo deve explorar, em conjunto com Hengqin, um mecanismo comum de resposta para casos de emergência no âmbito da energia eléctrica que permita reforçar a capacidade do sistema eléctrico de Macau em situações de emergência, assim como melhorar o nosso sistema de resposta às condições meteorológicas extremas e estabilizar o fornecimento de energia eléctrica.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Kou Kam Fai em 28.10.2024

Turismo e ficção científica, para abrilhantar o cartão dourado da metrópole

O primeiro jogo AAA da China, adaptado do romance “Jornada ao Oeste”, rapidamente se transformou num foco de atenção no mundo, e conseguiu projectar o encanto da cultura tradicional chinesa e abrir um novo caminho para a exportação desta cultura. Este jogo foi um grande sucesso comercial, impulsionou o turismo de Shanxi, Chongqing, Zhejiang e Jiangsu, é uma excelente interpretação moderna do romance, conseguiu atrair o interesse de muitos jogadores estrangeiros pela cultura chinesa, e tornou-se num importante estudo de caso da divulgação internacional da cultura chinesa. Isto ofereceu a Macau novas ideias sobre como usar os recursos culturais para promover o turismo.

Na nossa opinião, a elevação dos conhecimentos científicos e da identidade cultural dos residentes de Macau, especialmente das gerações mais novas, é crucial para a transformação dos nossos ricos recursos culturais em atractividade turística e para a consolidação do estatuto de Macau como centro mundial de turismo e lazer. Assim sendo, propomos o seguinte:

1. Promover o desenvolvimento da ficção científica em Macau. Em Abril deste ano, a Conferência de Ficção Científica da China foi realizada com sucesso em Pequim, demonstrando a forte capacidade de absorção da indústria da ficção científica da China e revelando, ao mesmo tempo, o vasto potencial do desenvolvimento da educação nesta vertente. Macau deve aproveitar plenamente as duas “bases nacionais de educação científica”, reforçar a cooperação entre o Centro de Ciência, os museus e as escolas primárias e secundárias, aprofundar a educação científica e tecnológica e construir um sistema diversificado de educação na área da ficção científica; deve ainda, através da inovação, formar talentos na indústria da ficção científica, contribuindo quer para aumentar os conhecimentos e o interesse da população nesta vertente, quer para a inovação científica e tecnológica e para a prosperidade cultural de Macau e do País.

2. Continuar a usar a cultura para realçar o “cartão-de-visita dourado” de metrópole internacional. O Presidente Xi Jinping afirmou que “é preciso explorar os conceitos ideológicos, o espírito humanista e as normas morais da excelente cultura tradicional chinesa, integrar a criatividade artística com os valores da cultura chinesa, combinar o espírito estético chinês com a procura estética contemporânea e activar a vitalidade da cultura chinesa.”; e o Director Xia Baolong salientou que Macau possui as vantagens do intercâmbio cultural entre o oriente e o ocidente, que são uma síntese da realidade de Macau e uma sublimação do seu posicionamento como “Uma Base”. Macau é uma janela importante para a divulgação da cultura chinesa, por isso, o Governo deve aproveitar as oportunidades, ou seja, deve fazer bem a divulgação do “*soft power*” cultural da China e reforçar a autoconfiança cultural. Macau deve ainda investir mais no desenvolvimento da “tecnologia + cultura”, encorajar os talentos a aderirem às áreas da inovação científica, da arte e da cultura, e impulsionar o desenvolvimento das indústrias da ciência e tecnologia, da cultura, do desporto e dos meios de comunicação social. Isto não só contribui para o desenvolvimento de um novo modelo de produtividade com qualidade, como é também

importante para concretizar o espírito da terceira sessão plenária do Comité Central do Partido Comunista da China, que afirma que “devemos aprofundar a reforma do sistema e do mecanismo cultural” e “promover a transformação criativa e o desenvolvimento inovador da tradicional e excelente cultura chinesa”.

Sendo este um ano de “dupla” celebração, devemos absorver as observações do Presidente Xi Jinping sobre a construção cultural e as orientações do Director Xia Baolong, e empregar esforços para melhorar a imagem de Macau enquanto metrópole internacional, aproveitar plenamente as vantagens de fusão entre as culturas chinesa e ocidental, e reforçar a qualidade do “desenvolvimento do turismo através da cultura e divulgar a cultura através do turismo”, de modo a consolidar ainda mais a posição de Macau como centro mundial de turismo e lazer.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 28.10.2024

Criar *hubs* de talentos internacionais de destaque ao nível estratégico

Os talentos são o primeiro elemento de competitividade, nomeadamente na era digital da globalização, e os talentos internacionais de destaque são até a chave para vencer a concorrência no futuro.

Na Decisão da 3.^a Sessão Plenária do 20.^o Comité Central do Partido Comunista Chinês, refere-se expressamente o apoio a “Hong Kong e a Macau na criação de *hubs* de talentos internacionais de destaque”, o que aponta uma meta e um rumo claros e importantes para Macau poder desempenhar melhor o seu papel singular no processo da modernização chinesa.

Nesta fase, como plataforma de ligação ao mundo, Macau deve, através da sua posição e vantagens particulares, tomar a iniciativa de se integrar no desenvolvimento nacional e expandir o espaço internacional. Para o efeito, é preciso focar-se nos seus “pontos fortes” e nas “necessidades do país”, para encontrar, com precisão, um ponto de entrada, e um deles é reunir talentos de todo o mundo.

“Quem captar talentos, consegue conquistar o mundo”. A criação de *hubs* de talentos internacionais de destaque prende-se com a modernização chinesa e, também, com o futuro desenvolvimento de Macau, uma vez que a mesma contribuirá para aumentar, ao máximo, a competitividade de Macau ao nível internacional, permitindo que Macau se situe num “terreno alto” na futura concorrência.

O Governo da RAEHK está empenhado em promover a criação de “*hubs* de talentos”, e o Chefe do Executivo de Hong Kong, John Lee Ka-chiu, afirmou, nas Linhas de Acção Governativa, que vai adoptar várias medidas para atrair talentos de alto nível. O candidato eleito para Chefe do Executivo de Macau, Sam Hou Fai, também referiu no seu programa eleitoral que Macau “reúne condições e tem mais responsabilidades na formação e captação de talentos internacionais de alto nível, contribuindo para o desenvolvimento do País e de Macau”.

“Sem uma visão global do problema, não é possível governar bem uma região”. Para assegurar uma implementação bem-sucedida, estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas”, Macau tem de ter uma visão de longo prazo na respectiva prática e desenvolvimento e, ao mesmo tempo que promove pragmaticamente o desenvolvimento diversificado, deve estabelecer uma conjuntura e um conceito de alto nível e de longo prazo; e ainda ter plena consciência de que a criação de “*hubs* de talentos” é investir no futuro, é criar bem-estar social a longo prazo e é também servir o nosso País.

A Decisão propõe que Hong Kong e Macau se transformem em “*hubs* de talentos”, o que pode ser entendido em dois níveis: primeiro, Hong Kong e Macau devem voar em conjunto; segundo, cada uma tem o seu próprio caminho para o efeito. Assim, o Governo e a sociedade devem dar grande atenção a esta questão e empenhar-se em acções concretas.

“Um plátano alto e exuberante atrai fénix douradas”. A criação de “*hubs* de talentos” é precisamente a construção de ninhos para atrair fénix, é a tarefa de atrair talentos de alto nível, uma missão importante nesta época, por isso, há que elevar esta questão para um nível estratégico e, partindo do conceito e dos critérios de internacionalização, proceder ao planeamento e à concepção dos planos, estabelecendo sistemas e mecanismos sistemáticos. É premente então que o Governo avance com planos e estratégias para isso.

Assim, apresento quatro sugestões para estimular outras mais valiosas.

1. Com um pensamento reformista, há que ter o foco nos objectivos de construção de “*hubs* de talentos internacionais de destaque”, e elaborar, segundo as regras e critérios internacionais, um novo plano e mecanismo de introdução de talentos a partir de um planeamento de topo;

2. Criar um fundo internacional de desenvolvimento de talentos de alto nível, com ambiente de *hardware* e *software* e uma plataforma de apoio de alto padrão, que disponha de um fundo específico funcional para a captação de talentos, para introduzir e reservar talentos, através de projectos de investigação científica e de incubação;

3. Elevar a atracção de talentos e aproveitar plenamente a função dos Laboratórios de Referência do Estado, para desenvolver a eficácia das universidades, apoiando o “Programa de recrutamento global de académicos” e proporcionando melhores condições de vida e de investigação científica;

4. Ao mesmo tempo do “recrutamento global”, desenvolver o papel de “agente perfeito de ligação” entre a China e os países da língua portuguesa, e aproveitar o mecanismo de plataforma de ligação, para construir, com precisão, um caminho de introdução de talentos de alto nível dos países das línguas portuguesa e espanhola.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 28.10.2024

Cooperação interdepartamental para evitar a disputa de recursos de autocarro entre as pessoas dos bairros comunitários e os residentes; aumento da frequência das carreiras e criação de linhas exclusivas para dispersar o fluxo e satisfazer as necessidades dos residentes de Coloane

Na semana passada, os serviços competentes divulgaram que, nos primeiros três trimestres deste ano, entraram em Macau 26 milhões de visitantes, o que ultrapassou as suas previsões, e demonstra que, com os esforços envidados pelos serviços competentes, a retoma do número de turistas foi satisfatória. Estes dados demonstram que a estrutura e a composição dos turistas são diferentes das do período pré-epidemia, incluindo o rejuvenescimento dos turistas e a diversificação dos seus objectivos, o que favorece a partilha dos dividendos dos turistas por todas as zonas e contribui para a dinamização da economia comunitária.

À medida que os serviços competentes vão avançando com os trabalhos de promoção, prevê-se que haja mais turistas a consumirem nos bairros comunitários. Mas os turistas portadores de visto individual e de mochila são cada vez mais jovens e, ao contrário do que acontecia com os turistas de excursões e de famílias, numa altura em que a procura dos táxis é maior do que a oferta, é inevitável utilizarem mais os autocarros públicos para as suas deslocações, o que agrava a pressão dos autocarros e do trânsito, afectando as deslocações diárias dos residentes.

Por exemplo, nos feriados prolongados do Dia Nacional da RPC, um grande número de turistas entrou nos bairros comunitários de autocarro, o que contribuiu para o consumo, mas as paragens de autocarros estavam sempre cheias e alguns dos mais importantes centros modais de transportes estavam quase paralisados, o que afectou a experiência e a percepção dos turistas, e perturbou as deslocações diárias dos residentes. As operadoras aumentaram a frequência das carreiras, mas os recursos humanos e as medidas para dispersar o fluxo de pessoas adoptadas pelos serviços competentes foram insuficientes.

O aumento do número de turistas e a mudança estrutural da economia vão, com certeza, sobrecarregar a rede de trânsito e os recursos limitados de autocarros, mas isso não significa que não haja soluções. Por exemplo, durante o “arranque” das aulas, em Setembro, os serviços de educação, em conjunto com os vários serviços públicos e as operadoras de autocarros, definiram várias medidas de redireccionamento de fluxo e triagem de veículos, a fim de reduzir ao mínimo o impacto no trânsito.

Pelo exposto, solicito aos serviços responsáveis pelo trânsito e pelo turismo que, para além de desempenharem bem as suas funções, criem um mecanismo de cooperação entre secretarias e interserviços, com vista a responder e a resolver, em conjunto, as necessidades dos turistas e dos residentes. Para além do reforço

do pessoal e das medidas de redireccionamento nos feriados e fins-de-semana, há ainda que planear bem e a longo prazo a frequência das carreiras de autocarros.

Ao mesmo tempo, uma sondagem do sector do turismo descobriu que os turistas mais jovens dependem mais das “dicas” de viagem divulgadas nas redes sociais para ter uma experiência mais aprofundada. Assim, sugiro aos serviços competentes que procedam ao estudo e à concepção de mais percursos pedonais e de correspondência entre os transportes públicos e os bairros comunitários, e aproveitem as plataformas para a respectiva divulgação, e, mais, devem ponderar aproveitar os veículos especiais das concessionárias do jogo para a criação de mais itinerários que circulem nos bairros comunitários. Entretanto, deve estimular-se o consumo nos bairros comunitários, pois assim também pode gerar redireccionamento adequado de turistas e residentes, com vista a minimizar o impacto na vida quotidiana dos últimos.

Por último, segundo os moradores de Seac Pai Van, os autocarros públicos estão sempre sobrelotados, especialmente nas horas de ponta, em que há longas filas de espera, por isso os idosos com dificuldades motoras ou que andam devagar não conseguem entrar nos autocarros, o que afecta gravemente a sua vida quotidiana e as suas deslocações. Assim, solicito aos serviços competentes que reforcem os itinerários e a frequência das carreiras, com vista a aliviar e a satisfazer as necessidades dos residentes. Sugiro ainda que ponderem negociar com os estabelecimentos de ensino superior a prestação de serviços de transporte, por carreiras exclusivas e não gratuitas, aos estudantes que vivem em Coloane, por forma a reduzir, através do devido redireccionamento, os incómodos para as deslocações diárias dos residentes de Coloane.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 28.10.2024

Valorização plena das funções do CEPA e construção de Macau como plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa

Graças à sua localização geográfica especial, aos seus laços históricos e às políticas de apoio, Macau tornou-se numa importante ponte económica e comercial e tem desempenhado, ao longo dos anos, um papel de plataforma comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Neste mês, foi assinado o Acordo relativo à Alteração ao Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA II. Esta alteração visa reduzir os requisitos de acesso e facilitar a vida dos prestadores de serviços de Macau na exploração do mercado do Interior da China, segundo as necessidades do desenvolvimento sócio-económico e as solicitações do sector, promovendo eficazmente a ligação entre mecanismos e regras da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Todos os produtos de Macau que satisfaçam os critérios de origem do CEPA podem beneficiar da isenção de direitos aduaneiros na exportação para o Interior da China. Nos últimos 20 anos, a DSEDTE emitiu 8660 certificados de origem, e cerca de 1,5 mil milhões de patacas de produtos foram exportados, o que ajudou as empresas a pouparem mais de 95 milhões de patacas em impostos aduaneiros, sendo notório o sucesso do CEPA.

No entanto, segundo alguns operadores do sector, o CEPA contribui para o aprofundamento contínuo das negociações entre as duas partes e para o alargamento do conteúdo da liberalização, mas, na prática, as operações económicas e comerciais enfrentam uma série de obstáculos, especialmente no campo da importação de produtos alimentares. Muitas empresas de Macau, que pretendem importar produtos alimentares dos países de língua portuguesa e vendê-los ao Interior da China, deparam-se com limitações devido à origem dos produtos e ao regime de inspecção sanitária. Por exemplo, a Administração Geral das Alfândegas da China permite a importação, para o Interior da China, de carnes de Macau feitas com matérias-primas do Interior da China, mas a carne de outros países de origem só pode ser transportada directamente do país exportador para o país importador, não podendo ser reexportada. Se os mesmos forem processados em Macau antes de entrarem no mercado do Interior da China, os respectivos custos serão demasiado elevados, não sendo possível obter benefícios em termos de escala.

Estabelecendo-se uma comparação, os países de língua portuguesa possuem certificados de origem directos, podendo exportar produtos directamente para o Interior da China sem ter que recorrer a Macau como plataforma intermediária, o que enfraquece o seu papel como plataforma comercial. A longo prazo, Macau vai perder gradualmente as suas vantagens competitivas e potencialidades de desenvolvimento.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Macau deve melhorar o regime de inspecção sanitária, reforçar a cooperação na fiscalização transfronteiriça, e definir políticas de inspecção e quarentena mais flexíveis e específicas, especialmente para os produtos alimentícios. O Governo deve criar um sistema

transfronteiriço de certificação de origem e de inspeção sanitária, para que os produtos transformados em Macau passem, sem sobressaltos, pelos requisitos de inspeção sanitária do Interior da China. Sugiro ao Governo que negocie com o Interior da China, no sentido de permitir que os produtos de carne importados por Macau possam ser transformados em Hengqin, vendidos no Interior da China e usufruírem do mesmo tratamento no âmbito do CEPA. Isto pode reduzir os custos e destacar o papel efectivo de Macau como entreposto comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

2. Para desenvolver ainda mais o papel de Macau no comércio entre a China e os Países de Língua Portuguesa, Macau deve aproveitar as suas vantagens culturais e linguísticas para se transformar num centro de exposição e distribuição dos produtos alimentícios e característicos dos Países de Língua portuguesa. O Governo pode continuar a promover a criação de Exposições Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa e do Festival dos produtos alimentares dos Países de Língua Portuguesa, para atrair mais compradores do Interior da China e do exterior. Isto eleva a fama de Macau e qualifica-a como um local indispensável para os Países lusófonos entrarem no mercado do Interior da China, provendo ainda mais a circulação comercial.

3. Definir políticas benéficas para incentivar e apoiar as empresas a participarem no comércio dos produtos dos Países de Língua Portuguesa, através dos benefícios fiscais, financiamentos, abonos logísticos, etc., para reduzir os encargos das empresas no comércio transfronteiriço. O Governo pode ainda criar, em cooperação com o Interior da China, uma via verde exclusiva para a importação de produtos dos Países de Língua Portuguesa, simplificando as formalidades de importação e exportação, acelerando a entrada dos produtos de Macau no mercado do Interior da China e elevando a competitividade das empresas.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 28.10.2024

Alterações legislativas oportunas para promover a publicidade e acelerar o desenvolvimento económico

A Lei da actividade publicitária está em vigor há mais de 30 anos, desde 1989, e alguns dos seus conteúdos estão obviamente desactualizados face à sociedade de hoje. Nas décadas de 1980 e 1990, quando o público em geral tinha pouco acesso aos meios de comunicação social e pouco conhecimento dos bens, era razoável ter legislação mais rigorosa para regular as actividades publicitárias. Porém, na era tecnológica de hoje, as redes sociais e as plataformas de *marketing* em todo o mundo tornaram-se parte da vida, e a publicidade é indispensável para todas as operações comerciais. A sofisticação do público também aumentou bastante e, juntamente com o posicionamento anterior do Governo, de promover as quatro principais indústrias, bem como o rumo geral do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, os obstáculos às operações comerciais criados pelas restrições e limitações impostas pela Lei da publicidade também se tornaram cada vez mais proeminentes.

O Governo deve então tomar a iniciativa de ultrapassar as limitações impostas por lei, em prol do desenvolvimento das actividades comerciais, a par da criação dum ambiente empresarial conveniente para as várias indústrias, de modo a reforçar a competitividade das empresas nos mercados de Macau e da Grande Baía.

Sugiro então o seguinte:

1. Macau é uma cidade conhecida internacionalmente pelo turismo, mas os turistas concentram-se, na sua maioria, na Nova Cidade do Cotai, e não se consegue mostrar o encanto dos bairros antigos. Além disso, os bairros tradicionais são antigos, estão mal mantidos e não interessam nem a residentes nem a turistas, por isso, Macau deve prestar mais atenção ao embelezamento das ruas. As zonas de Macau têm características próprias, podiam definir-se regras para o estilo dos reclusos e tabuletas consoante as diferentes zonas, para satisfazer as necessidades de publicidade dos lojistas e assegurar que os mesmos se articulem com a fisionomia geral de cada zona, aumentando assim o encanto e a dinâmica de operação nos bairros comunitários. Podem ainda definir-se orientações e normas para o embelezamento das paredes exteriores, fachadas, tabuletas, etc. das lojas em remodelação, que procuram investimento, ou que estão fechadas, contribuindo para embelezar as ruas, e ainda para impulsionar o desenvolvimento do sector das artes. Claro que é também necessário proibir, através da lei, a afixação ilegal de publicidade, a instalação ilegal de cabos eléctricos, etc. Com a atribuição de subsídios e o lançamento de políticas pelo Governo, estou em crer que, em breve, será possível ver os efeitos da lei da publicidade no turismo e na operação dos negócios.

2. Ao rever a Lei da publicidade, há que ter também em conta os critérios e as instruções para os produtos “fabricados em Macau”, “fabricados sob supervisão de Macau” e “produzidos sob supervisão de Macau”, “marcas de Macau” e “histórias de Macau”, e que definir orientações e normas para as “quatro grandes indústrias”, nomeadamente para os produtos alimentares e produtos da macro saúde e da medicina tradicional chinesa. O Governo deve, em conjunto com os sectores, estudar e elaborar uma proposta de revisão viável, em prol do respectivo desenvolvimento.

3. Os procedimentos de apreciação e aprovação da publicidade são complexos: só se pode fazer publicidade depois de cumpridos os procedimentos, e a publicidade com mesmo conteúdo está sujeita a várias apreciações e aprovações, em função do número de canais através dos quais é transmitida. E como os critérios não são claros, há que estabelecer instruções e normas claras e que otimizar e simplificar os procedimentos.

4. Aquando da revisão da lei em causa, o Governo deve ter como objectivo a criação de oportunidades de negócio, a simplificação das operações, a redução dos custos e o aumento da flexibilidade, e deve também ter cuidado para não aumentar a pressão dos sectores. Espera-se que o Governo consiga aproveitar a lei para aumentar a competitividade de quem tem negócios em Macau.

José Maria Pereira Coutinho

“A exploração dos trabalhadores que exercem funções nos casinos “satélites da RAEM”

Nestes últimos tempos, o nosso “Gabinete de Atendimento aos Cidadãos” tem estado a receber centenas de pedidos de apoio por parte dos trabalhadores que exercem funções nas mesas de jogo de vários casinos “satélites”, cuja situação de “exploração” se arrasta a anos e sem que as autoridades competentes que, tendo pleno conhecimento destas situações não conseguem pôr cobro a estes abusos que está a afectar a moral dos trabalhadores e afecta a qualidade de vida das suas famílias. Estas situações de abuso afectam igualmente a imagem externa desta importante indústria, como por exemplo, o sistemático atraso de dois meses no pagamento dos salários que vigora até hoje. Este é um dos muitos abusos que, não obstante terem sido apresentadas queixas em tempo útil à DSAL sem quaisquer consequências, pelo contrário, as entidades empregadoras persistem em explorar permanente os seus trabalhadores.

Como é do domínio público, nesses casinos “satélites” trabalham os croupiers, Dealers Internship (DI), SUPER e PM que tendo sido contratados pelas respectivas concessionárias, contudo, nestes últimos três postos (DI, SUPER e PM) os trabalhadores auferem remunerações de base muito inferiores aos seus colegas de trabalho que exercem as mesmas funções na sede dos casinos das respectivas concessionárias.

A “exploração” estende-se em forçar os trabalhadores das mesas do jogo a exercerem funções mais categorizadas, tais como, os DI que são obrigados a exercer funções de Super por falta de pessoal, e estes (SUPER) por sua vez obrigados a exercer funções de PM pelas mesmas razões, sem acréscimo remuneratório, ou seja, resumindo e concluindo, estes trabalhadores são uma espécie de “Pau pra toda obra” e inclusivamente fugindo ao fisco ora pagando em “cash” ora pagando ficticiamente sob a forma de subsídios a diferença da remuneração base entre cada uma das quatro funções (Croupiers, DI, SUPER PM) violando-se grosseiramente o princípio fundamental de que para o mesmo trabalho deve ser pago o mesmo salário.

De referir que os trabalhadores das respectivas concessionárias do Jogo têm o direito de gozar dias de folga por via da “licença por antiguidade”, mas os que são destacados para exercerem funções idênticas nos casinos “satélites” perderam todos eles, esse mesmo direito.

As inspecções periódicas de trabalho na RAEM (DSAL) em qualquer das suas modalidades têm sempre como objectivo para além da promoção da melhoria das condições do trabalho o cumprimento das Convenções Internacionais de Trabalho

aplicáveis a Macau e respectivas leis laborais em todas as suas vertentes. Porém, essas inspecções têm sido, muitas vezes, insuficientes ou ineficazes e sem que hajam medidas correctivas.

A grande maioria dos trabalhadores queixosos referiu nunca ter testemunhado ou ouvido falar de inspecções de trabalho nos casinos, permitindo que empregadores sem escrúpulos de alguns casinos “satélites” explorem os seus trabalhadores sem consequências das suas condutas, pelo que apelo ao Governo para que reforce as inspecções para combater todo o tipo de abusos e que seja instituído um sistema electrónico simples e eficaz para que os trabalhadores possam denunciar esses abusos salvaguardando desta forma os direitos fundamentais desses trabalhadores.

Atravessamos tempos, em que a indústria dos casinos desempenha um papel fundamental das economias nacionais e em constante competição no mercado do entretenimento sendo cada vez mais exigente e estressante para os seus trabalhadores.

As entidades competentes, nomeadamente a DSAL devem atender à gravidade das situações que acabamos de referir nomeadamente o número elevado de trabalhadores explorados, a relevância dos valores sociais, legais e éticos profissionais violados e o possível efeito multiplicador gerado por estas situações desprestigiantes para a imagem da indústria do Jogo e da RAEM.

Optimizar o regime do pessoal da Função Pública e reforçar a força motriz do desenvolvimento da equipa de funcionários

Para promover a construção da equipa de funcionários públicos e elevar a qualidade global dos mesmos, as autoridades empenharam-se no aumento da eficiência na distribuição dos recursos humanos, com a optimização do mecanismo de recrutamento, e na promoção da “racionalização de quadros e simplificação administrativa”, em prol da integração de recursos humanos e das actividades, optimização do enquadramento dos serviços públicos e aumento da eficiência de trabalho. Mas, devido à desactualização do “regime de aposentação” e do regime da função pública, as vias de mobilidade do pessoal ficaram gravemente congestionadas, o que resulta num atraso no desenvolvimento da equipa de funcionários públicos.

Por exemplo, nos termos do artigo 263.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, há lugar a aposentação voluntária quando o funcionário ou agente declare desejar aposentar-se ou requeira a sua aposentação, após 30 anos de serviço contados para efeitos de aposentação. Mas, com o desenvolvimento social, a procura de serviços públicos tem vindo a aumentar, o que resulta no aumento do volume de trabalho administrativo e do desgaste da força física de alguns funcionários, sendo as exigências em termos de eficiência do serviço a prestar cada vez mais elevadas. Os funcionários, com idades entre os 50 e os 60 anos, deparam-se já com problemas de saúde física e psicológica, devido à pressão do trabalho durante muito tempo, e alguns deles ainda têm de cuidar dos familiares que sofrem de doenças crónicas, por isso, dificilmente conseguem ter energia para cuidar da família e do trabalho, daí a intenção de se aposentar mais cedo. No entanto, devido às políticas pouco humanas e à realidade, muitas pessoas que pretendem aposentar-se não têm outra opção a não ser continuar a trabalhar.

Mais, em 2007, o Governo implementou o Regime de previdência dos trabalhadores dos serviços públicos para substituir o anterior “Regime de aposentação e sobrevivência”, o que resultou na existência de dois regimes: o novo e o antigo, mas há uma diferença óbvia na forma de cálculo da antiguidade entre ambos. A antiguidade do antigo regime não inclui o tempo de trabalho prestado nos serviços públicos em regime de contrato de assalariamento e de contrato individual de trabalho. Assim, sob os dois regimes, o tempo de serviço efectivo dos funcionários públicos é obviamente diferente. Muitos funcionários públicos sob o antigo regime já atingiram ou ultrapassaram os 30 anos de serviço, mas, devido às limitações deste regime, têm de continuar a trabalhar. Devido à diferença na forma de cálculo da antiguidade, é-lhes difícil optar pela aposentação de acordo com a sua vontade.

A falta de flexibilidade do regime de aposentação dificulta a entrada e a saída dos funcionários públicos, afecta o seu moral e impede a mobilidade vertical dos novos funcionários. Se esta situação continuar, é fácil cair num círculo vicioso e afectar a qualidade dos serviços públicos em geral e o aumento da vitalidade da equipa dos funcionários públicos. Assim, o Governo deve, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento social, optimizar e ajustar, de forma activa, o regime da Função Pública, e tratar as

necessidades de aposentação dos funcionários públicos de forma flexível e segundo a situação real, por exemplo, sob a hipótese de calcular a antiguidade sem contar as contribuições, permitir que os funcionários do antigo regime com 30 ou mais anos de serviço optem voluntariamente pela aposentação; ou que os funcionários com 25 anos de serviço efectivo ou superior optem, após a avaliação da situação física, psicológica ou familiar, por requerer a aposentação junto dos seus serviços. Isto vai contribuir para proporcionar mais oportunidades e espaço de desenvolvimento aos jovens interessados, aumentar a eficiência da governação da RAEM e promover o desenvolvimento estável da sociedade.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 28.10.2024

Promover o desenvolvimento da economia turística de alta qualidade com base no novo ponto de partida do ano de “dupla celebração”

Este é o ano dos 75 anos do estabelecimento da República Popular da China e dos 25 anos do estabelecimento da RAEM. No ano em que se celebra a “dupla celebração”, todos os sectores da sociedade de Macau comemoram solenemente e com alegria a efeméride.

Ao longo destes 75 anos, sempre a seguir em frente, a Nova China deu um grande salto, ergueu-se, enriqueceu e tornou-se mais forte, tendo dado ainda um importante salto, saindo de uma era atrasada, para uma era de progresso e ainda para uma era de liderança. Na nova era, o nosso país está a promover plenamente a construção de um país forte e a revitalização da nação chinesa mediante a modernização de estilo chinês.

Desde o estabelecimento da RAEM, há 25 anos, o princípio “um país, dois sistemas” tem vindo a ser implementado com sucesso; a base do amor pela Pátria e por Macau tem vindo a crescer e consolidar-se; o sistema de governação social tem vindo a ser aperfeiçoado; a economia tem vindo a desenvolver-se de forma acelerada; a qualidade de vida da população tem vindo a melhorar constantemente; e os sentimentos de pertença, de felicidade e de segurança dos residentes têm vindo a aumentar.

Macau e o País estão estreitamente ligados por laços sanguíneos. Estamos convictos de que, com o carinho e o apoio do País e sob a liderança do Governo da RAEM, a sociedade de Macau continuará a promover a tradição de amar a Pátria e Macau e a unir-se, a inovar e a acelerar o desenvolvimento, acreditando que o caminho da implementação bem-sucedida, estável e duradoura do princípio “um país, dois sistemas” com características de Macau será cada vez mais largo e que o comboio “Macau” da nova era avançará com maior rapidez e estabilidade.

Reforçar a qualidade interna e criar uma boa imagem externa. Vamos continuar a prestar todo o nosso apoio à promoção da construção de Macau enquanto “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, ao reforço do desenvolvimento da produtividade com qualidade e à aceleração do desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Elevar ainda mais o conteúdo da experiência e a boa imagem de Macau enquanto destino de turismo e lazer integrado de alta qualidade a nível mundial, destacando ainda mais as vantagens de Macau como ponto de encontro das culturas oriental e ocidental, e promovendo a integração profunda da “cultura + turismo” e do “turismo + cultura” através de acções concretas; em articulação com a evolução da procura do mercado turístico, continuar a lançar mais produtos turísticos inovadores; e reforçar ainda mais a cooperação da Grande Baía, concretizando o desenvolvimento e a prosperidade conjunta.

Neste novo ponto de partida da “dupla celebração”, vamos empenhar-nos na promoção do desenvolvimento sustentável e de alta qualidade da economia e do turismo de Macau, e em conjunto com todos os sectores da sociedade, polir o “cartão-de-visita dourado” de

Macau enquanto metrópole internacional e potenciar as vantagens próprias de Macau para atender às necessidades do País, contribuindo para a construção de um país forte e para o rejuvenescimento nacional.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 28.10.2024

Aperfeiçoamento contínuo dos diplomas legais para promover a construção de uma “sociedade de Direito”

O Estado de Direito é a base da prosperidade e da estabilidade de qualquer sociedade e a garantia fundamental do bem-estar da população. A construção de uma sociedade de Direito é um trabalho de longo prazo a realizar de forma progressiva, que deve ser promovido de forma contínua e aprofundada em todas as fases de desenvolvimento.

Ao longo destes 25 anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, a economia cresceu rapidamente, a estabilidade e a harmonia social mantiveram-se, e o ambiente e a qualidade de vida melhoraram significativamente. No entanto, são constantes as mudanças do ambiente socioeconómico mundial, nacional e de Macau, e as leis têm de acompanhar a evolução dos tempos, pois só assim é que é possível a adaptação à conjuntura do desenvolvimento e a produção de bons resultados de execução, evitando-se grandes impactos devido à desactualização das leis. A construção do Estado de Direito é uma parte importante da construção da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada, portanto, Guangdong, Hong Kong e Macau têm de realizar mais estudos sobre a elaboração das leis e a articulação das regras. Muitas leis de Macau já estão desactualizadas e não conseguem satisfazer as necessidades do desenvolvimento socioeconómico, logo, é preciso revê-las ou criar outras, e algumas precisam de ser revistas e revogadas, pois já não se articulam com a vida social e a realidade actual. Cada vez se utiliza mais a inteligência artificial, e as leis e os regulamentos vigentes não são capazes de resolver as novas questões jurídicas resultantes do desenvolvimento tecnológico, por isso, é necessário reforçar os respectivos estudos.

Apresento então as seguintes sugestões:

1. Em Macau, devido ao grande volume de trabalho de recensão legislativa, o trabalho legislativo vai enfrentar muitos desafios e a produção legislativa vai enfrentar grande pressão, por isso, espero que o Governo eleve ainda mais a eficiência dos serviços públicos, aperfeiçoe o sistema jurídico, reforce a coordenação legislativa, concentre recursos legislativos para dar prioridade aos trabalhos legislativos relacionados quer com a economia e a vida da população quer com as maiores exigências da sociedade, reforce a coordenação com os diversos serviços públicos, eleve a eficiência na elaboração de novas leis e na revisão das antigas, reforce a interacção e a articulação entre o poder executivo e o poder legislativo, para elevar a qualidade e a eficiência legislativas, reforce a execução dos planos legislativos, implemente a governação de acordo com a lei e promova a construção de uma “sociedade de Direito”.

2. Quanto aos grandes projectos relacionados com a vida da população, espero que o Governo reforce a comunicação com a AL, os diversos organismos consultivos, os diversos sectores sociais, e as instituições académicas, entre outros, que assegure bem os trabalhos preliminares de consulta das políticas e os trabalhos posteriores da sua divulgação, e que optimize os canais de consulta pública e de recolha de opiniões. Os serviços públicos devem tomar a iniciativa de se deslocar aos bairros comunitários para contactar com a população, apresentar as novas políticas e planos de trabalho, e auscultar amplamente as suas opiniões,

para elevar a transparência das acções governativas, com vista a promover e concretizar, de forma mais eficaz, as políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento social. Há ainda que reforçar a utilização dos meios tecnológicos e que recorrer a páginas electrónicas temáticas e plataformas sociais para divulgar informações de forma simples e clara, para a sociedade ficar a conhecer bem as políticas e medidas e manifestar as suas opiniões.

3. O Governo deve reforçar ainda mais a formação dos quadros qualificados na área jurídica, especialmente, formar mais quadros qualificados bilingues em chinês e português nesta área, e mais profissionais que conheçam bem os sistemas jurídicos de Macau e do Interior da China, e deve ainda aproveitar as vantagens de complementaridade entre Guangdong, Hong Kong e Macau, para estudar e promover, em conjunto, o intercâmbio e a formação dos quadros qualificados na área jurídica, proporcionando assim uma garantia sólida de quadros qualificados para a construção do Estado de Direito no nosso país e em Macau.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 28.10.2024

Colmatar o fosso entre ricos e pobres e construir uma cidade feliz

A revista americana *Forbes* publicou, há dias, a lista dos países e regiões mais ricos em 2024, e o PIB real *per capita* de Macau é de 134 mil dólares americanos (cerca de 1 033 900 patacas), o que a coloca em segundo lugar no mundo e em primeiro na Ásia. Mas os resultados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares para o período de Março de 2023 a Março de 2024, recentemente divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, mostram que o rendimento mensal *per capita* actual em Macau é de 20 815 patacas, com um coeficiente de *Gini per capita* de 0,324; e o coeficiente de *Gini per capita* é de 0,396, se forem excluídos os subsídios e a assistência do Governo, o que indica que o fosso entre ricos e pobres em Macau está a aumentar.

“Importa-te mais com a distribuição desigual do que com a escassez; importa-te mais com a insegurança do que com a pobreza”. A desigualdade na distribuição do rendimento é uma questão importante no desenvolvimento social, que diz respeito aos interesses imediatos do público em geral e tem um impacto directo no desenvolvimento estável e duradouro. Só através de um desenvolvimento equilibrado de uma economia diversificada e do equilíbrio do rendimento do público em geral é que se pode promover a harmonia e a estabilidade da sociedade, e consolidar a política nacional de “Um país, Dois sistemas e Macau governada pela sua gente” com alto grau de autonomia.

Para resolver a situação do fosso entre ricos e pobres em Macau, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Acelerar a criação de um desenvolvimento industrial diversificado. Perante a predominância, herdada do passado, da indústria do jogo, a fim de alcançar um equilíbrio das indústrias, há que promover o desenvolvimento diversificado dos elementos não-jogo. Espera-se que o Governo coopere com o Interior da China para enriquecer o teor do “Turismo +”, recorrendo, de forma gradual, ao aperfeiçoamento da legislação, elementos complementares das políticas, quadros qualificados, ambiente de negócio, etc., para apoiar plenamente o desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”. Há também que verificar, de forma atempada, a situação de negócio das PME e recolher as solicitações de diversas partes, para ajustar, de forma dinâmica, os actuais planos, em prol da melhoria do ambiente de negócio das PME nos bairros comunitários.

2. Reforçar a formação dos quadros qualificados locais e promover a prioridade dos locais no acesso ao emprego. Os residentes são a base do desenvolvimento a longo prazo da sociedade de Macau, sendo relevantes para o desenvolvimento estável da economia e o bem-estar da população. Ao atrair quadros qualificados internacionais, há também que reforçar a formação dos quadros locais de excelência, aumentar as competências técnicas profissionais dos residentes para

impulsionar a sua mobilidade vertical e envidar esforços para a construção da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada, a fim de criar mais oportunidades e ambiente de trabalho que sejam mais adequados para os residentes.

3. Prestar atenção aos grupos vulneráveis. Recentemente, houve vários suicídios de idosos, o que nos deixa consternados. Os problemas sociais por detrás do desenvolvimento merecem mais atenção. Espera-se que o Governo continue a otimizar as medidas de apoio financeiro e a rever, periodicamente, a aplicação da pensão para idosos, para garantir a qualidade de vida destes e dos grupos vulneráveis. Além disso, o apoio psicológico é muito importante, portanto, há que monitorizar a situação dos idosos isolados com dificuldades de independência, e prestar atenção às medidas de apoio ao estudo e ao emprego dos grupos vulneráveis. O mais importante é acelerar a renovação urbana, para os residentes viverem e trabalharem felizes.

Por isso, espero que o Governo dê importância à diversificação económica e à formação de quadros locais. No relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, o Presidente Xi Jinping afirmou que “a saúde mental e psicológica é componente importante da saúde pública, e assunto relevante da população e da sociedade”. A estabilidade psicológica dos residentes é a fonte da felicidade, por isso, espero que o Governo e os sectores da sociedade trabalhem juntos, para concretizar a perspectiva do Plano de Acção para Macau Saudável.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 28.10.2024

Proceder à mudança dos sete edifícios do Bairro do lao Hon e estudar medidas complementares para incentivar a renovação urbana

O “Regime jurídico da renovação urbana” entrou em vigor no ano passado, mas a lei incide apenas sobre a reconstrução de edifícios, não alcançando o objectivo de “renovação urbana”. No mês passado, a Macau Renovação Urbana, S.A. divulgou, finalmente, o ponto de situação do projecto dos “Sete Edifícios do Bairro do lao Hon”, incluindo a convocação da assembleia geral do condomínio dos proprietários dos 46 edifícios e 7 terrenos, e a constituição da administração. Foram recolhidas as assinaturas da maioria dos proprietários para requerer a Planta de Condições Urbanísticas (PCU), o que constitui um passo em frente para esses edifícios. Trata-se do primeiro projecto a ser desenvolvido pela Macau Renovação Urbana S.A., e um conjunto de edifícios de grande envergadura desenvolvido por zonas vai servir de exemplo para os futuros trabalhos de renovação urbana de Macau. Assim, é alvo de longa atenção dos moradores do complexo habitacional e de todos os sectores da sociedade.

Para além da referida assembleia geral do condomínio, da administração e do direito de propriedade, que estão a ser, gradualmente, resolvidos, o projecto de “habitação para alojamento temporário”, como medida complementar da renovação urbana, vai ser concluído no final deste ano. Como vão ser iniciadas, de forma ordenada, a candidatura à “habitação para alojamento temporário” e a organização da mudança de todo o complexo habitacional, tudo isto vai servir de referência para os futuros projectos de renovação urbana.

2. Ao mesmo tempo, a Macau Renovação Urbana, S.A. publicou o projecto conceptual para a reconstrução dos “Sete edifícios do Bairro do lao Hon”, em que seguirá o rumo da “optimização dos espaços existentes”, sem aumentar a densidade populacional e o número de fogos habitacionais, adoptando o conceito de “cidade vertical”, e os edifícios baixos das sete parcelas de terreno serão transformados em edifícios altos. De facto, para Macau, que é uma cidade pequena e densamente povoada, as formas de “optimização dos espaços existentes” e de “cidade vertical” podem satisfazer melhor as necessidades habitacionais do que a reconstrução de um único edifício. Mas, a longo prazo, a adopção destes conceitos não pode ser feita apenas por iniciativa dos proprietários, pois é necessário que o Governo assuma um papel orientador para satisfazer as necessidades de habitação, economia, trânsito e ambiente dos bairros comunitários.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar a coordenação dos trabalhos da renovação urbana sob a orientação do Governo. Criar um serviço especializado para desempenhar as funções de orientação e coordenação da renovação urbana, e definir os objectivos da renovação urbana a curto, médio e longo prazo, tendo por base o plano director

urbanístico, em conjugação com os planos de pormenor das 18 UOPG, satisfazendo as necessidades das diversas zonas em termos de habitação, economia e desenvolvimento do trânsito, e tomando como rumo o desenvolvimento das diversas zonas, em articulação com o alargamento das vias públicas ou o aumento das instalações públicas, entre outras finalidades, a fim de melhorar verdadeiramente o ambiente comunitário.

2. Aumentar os incentivos para promover a renovação urbana. Estudar e discutir mais medidas de apoio diversificadas, por exemplo, disponibilizar mais medidas de incentivo e simplificar os procedimentos através de outras leis ou formas de apoio administrativo, para promover a participação junto dos proprietários e empresas nos trabalhos de renovação urbana. Através de coordenação e comunicação entre os serviços especializados, resolver as questões intersectoriais, ou seja, públicas e privadas, proceder a consultas e a avaliações, e aproveitar as bases de comunicação existentes no âmbito do Conselho Consultivo da Renovação Urbana e das associações para se chegar a consensos, encontrando um equilíbrio entre o interesse público e o privado.

3. Planear, quanto antes, a mudança dos residentes para as habitações de alojamento temporário. Os proprietários dispostos a reconstruir os sete edifícios do Bairro de Iao Hon podem ser alojados nas habitações temporárias, portanto, há que divulgar, quanto antes, os detalhes sobre os requisitos para a candidatura, e definir um plano e uma calendarização para a mudança, pois mais de metade dos proprietários são idosos, portanto, o Governo tem de lhes prestar apoio para diminuir o impacto que lhes possa causar. Tudo isso vai levar o projecto de reconstrução dos sete edifícios do Bairro de Iao Hon a poder servir de exemplo e, no futuro, este será uma experiência e o modelo para se desenvolver, de forma ordenada, os outros projectos de renovação urbana, melhorando gradualmente o ambiente dos outros bairros e edifícios antigos de Macau, para construir, em conjunto, um doce lar para todos.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 28.10.2024

Aperfeiçoar o planeamento das instalações complementares de trânsito nas imediações da Zona A para responder às necessidades da comunidade e do desenvolvimento populacional

A Zona A dos novos aterros é uma nova zona urbana de Macau, portanto, os residentes têm grandes perspectivas sobre o seu futuro desenvolvimento, no entanto, esta zona também vai ter várias funções, nomeadamente, habitação, educação e prestação de serviços públicos, bem como de ligação à ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau (HZM), aos Novos Aterros da Areia Preta e à Taipa, o que pressupõe que, no futuro, haverá muito movimento de residentes, turistas e mercadorias, com grande pressão no trânsito nas entradas e saídas desta zona.

De facto, o trânsito na Zona A está ainda em fase de estruturação, e o Governo já iniciou os respectivos estudos e análises, portanto, os trabalhos e esforços envidados merecem o reconhecimento da sociedade. No entanto, com a conclusão sucessiva dos edifícios habitacionais e da vila escolar prevista para 2027, prevemos que haverá 100 mil residentes e 13 mil estudantes do ensino não superior a deslocaram-se nesta zona. Para além disso, a taxa de utilização da Ponte HZM está constantemente a bater recordes, por isso, o Governo deve definir uma calendarização para atingir objectivos, ou seja, há que promover e concluir as diversas infra-estruturas de trânsito, planear adequadamente os serviços e disponibilizar transportes públicos e racionalizar a rede viária periférica nas zonas de entrada e saída, para que as instalações complementares de trânsito da Zona A sejam aperfeiçoadas e se articulem com o ritmo de desenvolvimento.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Definir a calendarização para a construção das instalações complementares de trânsito na Zona A. Actualmente, não existe uma calendarização para a conclusão do plano de estruturação do trânsito para a Zona A e já se regista o congestionamento ocasional nesta zona só com o fluxo de trânsito da Ponte HZM e da Ponte Macau, portanto, a sociedade está atenta ao ponto de situação do plano de construção das instalações complementares de trânsito. Com a conclusão da ponte A1 e da Ponte Macau, estão concluídas 2 das 5 ligações entre a Zona A, Macau e Taipa. Ademais, as obras de construção da ponte A2 estão quase concluídas, no entanto, a adjudicação da obra da ponte A3 só foi concluída no segundo trimestre do corrente ano e as obras do canal AB apenas estão em fase de estudo. Assim, proponho ao Governo que clarifique, quanto antes, o plano geral de trânsito para a Zona A e divulgue a calendarização das diversas obras, incluindo o ponto de situação das obras da ponte A3 e espero que a ponte A2 entre em funcionamento antes do Grande Prémio de Macau, com vista a aliviar o problema

de congestionamento na Pérola Oriental e dar mais opções aos automobilistas que saem da Zona A.

2. Planear, quanto antes, a oferta dos serviços de transportes públicos. O Metro Ligeiro é a principal das “três redes” dos transportes terrestres de Macau, com um impacto profundo na capacidade de transporte da Zona A. A conclusão das obras da Linha Leste está prevista para 2029, e a rede de transportes públicos depende desta. Segundo o Governo, as habitações económicas vão ser distribuídas no início de 2025, e a vila escolar vai estar concluída por volta de 2027. Devido às obras, muitos trabalhadores entram e saem daquela zona, por isso, a Linha Leste do Metro Ligeiro não vai “apagar incêndios a longo prazo”. Sugiro ao Governo que, conjuntamente com as empresas de autocarros públicos, estude, avalie e defina, de forma contínua, propostas de serviços de transportes públicos na zona, antes da conclusão da Linha Leste do Metro Ligeiro, para da resposta às diferentes necessidades de deslocação dos residentes.

3. Estudar e desenvolver o Plano Específico de Trânsito Rodoviário da Zona Norte. Das cinco vias de acesso entre a Zona A, Macau e Taipa, três estão ligadas à Zona Norte de Macau ou às suas proximidades, e a nova via de acesso pedonal da Zona A vai estar basicamente interligada à Zona Norte. Os Novos Aterros da Areia Preta (NATAP), a Areia Preta e o Iao Hon são as três zonas com maior densidade populacional, onde as instalações complementares de trânsito e a capacidade de acolhimento são insuficientes. No futuro, muitas pessoas vão mudar-se para a Avenida de Venceslau de Moraes, para a residência sénior e para a zona A dos Novos Aterros, aumentando a pressão do trânsito naquela zona. Considerando a Zona A dos Novos Aterros, os Novos Aterros da Areia Preta (NATAP) e as zonas da Areia Preta e Iao Hon, sugiro ao Governo que proceda a estudos sobre o plano específico do trânsito e a densidade populacional, para ajustar e melhorar, de forma uniformizada e científica, o rumo do trânsito. O Governo deve planear e construir as diversas infra-estruturas de trânsito e instalações complementares para peões, no sentido de criar um ambiente seguro, verde, eficiente, e apropriado, em prol do desenvolvimento sustentável da cidade de Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 28.10.2024

A designação de Macau como “Cidade Cultural da Ásia Oriental 2025” representa um reconhecimento internacional do seu valor cultural e um forte impulso para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas. No futuro, Macau deve transformar esta distinção na força motriz do desenvolvimento dessas indústrias, enriquecer a textura cultural da cidade, implementar bem o “Quadro da Política do Desenvolvimento das Indústrias Culturais de Macau (2020-2024)”, alcançar os objectivos “Cidade do Espectáculo” e “Cidade do Desporto”, aproveitar os recursos culturais singulares, criar mais marcas com características de Macau, e explorar, de forma contínua, novas formas de desenvolvimento integrado das “indústrias culturais e criativas +”. Isto para criar um sistema diversificado das indústrias culturais e criativas com características de Macau e ser digno do título de “Cidade Cultural da Ásia Oriental”.

No próximo ano, Macau lançará uma série de actividades sob o tema “Encontro Oriente-Occidente, Ásia em Harmonia”. Macau deve, para além do intercâmbio cultural com os países e regiões do Leste Asiático, aproveitar o propósito de “Cidade Cultural da Ásia Oriental” e o seu papel de elo de ligação importante na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, reforçar o intercâmbio e a cooperação cultural internacional, para expandir a influência internacional e a popularidade das actividades de marca cultural de Macau e, ao mesmo tempo, continuar a formar os talentos culturais, artísticos e criativos locais, de modo a elevar a competência profissional destes mediante intercâmbio e cooperação contínuos. Mais, como a “Cidade Cultural da Ásia Oriental” assenta nos conceitos de “Coexistência - Inovação - Harmonia”, é importante que Macau explore ainda mais a fusão da cultura com a tecnologia e os meios digitais, desenvolva produtos e serviços culturais inovadores e reforce o *marketing* internacional das indústrias culturais e criativas de Macau para fazer face às exigências da era digital.

Para o futuro, Macau deve articular-se com o posicionamento estratégico da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, a fim de explorar melhores espaços para o desenvolvimento interno e externo das indústrias culturais e criativas de Macau, aperfeiçoando constantemente os mecanismos de intercâmbio e cooperação entre Macau e o Interior da China no âmbito do desenvolvimento das referidas indústrias. Mais, há que promover o desenvolvimento integrado entre as indústrias culturais e criativas e outras indústrias. Neste momento, os modelos de “indústrias culturais e criativas + turismo” e de “indústrias culturais e criativas + moda” já conseguiram alguns resultados, assim, para o futuro, pode-se continuar a explorar outros canais de desenvolvimento integrado, tais como “indústrias culturais e criativas + tecnologias”, “indústrias culturais e criativas + educação”, “indústrias culturais e criativas + desporto electrónico”, etc., no sentido de criar mais resultados de cooperação e eficácia social, aproveitando bem o cartão dourado de “Cidade Cultural da Ásia Oriental” e aumentando a competitividade internacional das

(Tradução)

indústrias culturais e criativas de Macau, em prol da promoção do desenvolvimento diversificado e sustentável da economia de Macau.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 28.10.2024

Fomentar hábitos de consumo cultural e aumentar a vitalidade social

Metaforicamente, a economia é carne e osso, e a cultura é alma, e ambos se complementam, formando um corpo humano saudável. O dinamismo cultural e o desenvolvimento do mercado são também sinais da prosperidade económica.

O 1º Festival internacional de artes para crianças, com 9 partes, 45 actividades e 1495 sessões, com cerca de 210 mil participantes, foi recentemente realizado. É de salientar que foram vendidos 8021 bilhetes para nove espectáculos com 65 sessões, o que foi um resultado bastante satisfatório. Se este continuar, pode tornar-se numa nova marca cultural.

Ao longo dos últimos 25 anos, o Governo tem vindo a envidar esforços na promoção do desenvolvimento cultural e na realização de eventos e festivais artísticos, tais como: Festival Internacional de Música de Macau, Festival de Artes de Macau, Exposições de relíquias culturais da Cidade Proibida, Festa da Lusofonia, Festival de artes e cultura sino-portuguesa, Desfile internacional de Macau e Arte Macau, etc., o que tem impulsionado a formação de grupos e estimulado o consumo. No entanto, há que os promover ainda mais, para que o público em geral tenha o hábito de participar em actividades culturais que geram qualidade de vida, criatividade e o reforço da coesão comunitária. O hábito do consumo cultural promove o mercado, estimula o desenvolvimento económico, a harmonia e o progresso social. Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Melhorar o programa de aperfeiçoamento e estudar o alargamento do seu âmbito e as condições de utilização

O Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo concede, a cada três anos, um subsídio de 6 mil patacas aos residentes com idade superior a 15 anos, e, em vigor há vários anos, são muitos os beneficiários. No entanto, segundo alguns residentes, estes raramente utilizam este valor devido ao conteúdo de cursos, ao tempo e ao interesse pessoal, e alguns deles até nunca utilizaram um avo do Programa. Este deve ser actualizado. Sugiro então a revisão oportuna deste Programa, e o estudo sobre o alargamento do âmbito e as condições de utilização. Por exemplo, as despesas com a aquisição de bilhetes para os espectáculos e *workshops* de artes e cultura constituem uma outra forma de formação para a população em geral. Podemos ainda tomar como referência os vales de saúde que podem ser transferidos a familiares em linha recta, devendo a idade mínima ser alargada, com vista à dinamização do mercado local e à criação de oportunidades de emprego. Claro que isto também vai trazer mais desafios para a fiscalização, mas, é de crer que as autoridades competentes têm capacidade para lidar bem com isso.

2. Reforçar a divulgação e promoção das actividades culturais

Os interessados devem aproveitar as redes sociais e as plataformas comunitárias para reforçar a divulgação das actividades culturais e atrair a participação dos residentes, e as

associações culturais devem organizar dias abertos ou actividades experimentais para promover o encanto destas actividades. É necessário haver opções de actividades multiculturais, a fim de satisfazer as necessidades de grupos de diferentes faixas etárias e com diferentes interesses, e aproveitar as novas tecnologias, como a realidade virtual (VR), para criar uma experiência cultural imersiva.

3. Mecanismo de avaliação e *feedback*

Há que avaliar periodicamente a participação e os resultados efectivos das actividades culturais de marca, incentivar os residentes a apresentarem as suas opiniões e desobstruir os canais de comunicação, para conhecer as necessidades e interesses dos mesmos. Há ainda que fazer um balanço com base no *feedback* e proceder ao devido ajustamento, a fim de elevar o nível.

A cultura é um assunto de todos. Quanto maior o número de participantes, maior a vitalidade da sociedade. Não há contradição entre a popularização e erudição, há que encarar a cultura como uma aliada do bem-estar da população, porque esta é o pilar da sociedade.